

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.951 - SP (2018/0329671-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO SAÚDE ITAU
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS - RJ148512
FELIPE DA SILVA JUSTEN - RJ196912
JULIANA PADILHA DA SILVA - RJ214942
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS RODRIGUES
ADVOGADO : LIA ROSÂNGELA SPAOLONZI - SP071418
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos por FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ e LUIZ CARLOS RODRIGUES contra decisões de inadmissibilidade dos correspondentes recursos especiais apresentados em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Apelação cível. Plano de saúde coletivo. Ex-empregado aposentado. Ação cominatória movida por ex-empregado contra entidade operadora de plano de saúde coletivo de autogestão (Fundação Saúde Itaú). Pretensão que tem origem em relação laboral. Competência da Justiça do Trabalho para dirimir o conflito, conforme posição sedimentada pelas Primeira e Segunda Seção do C. Superior Tribunal de Justiça.

Reconhecimento, de ofício, da incompetência da Justiça Comum, e consequente determinação do envio dos autos à Justiça Especializada. Recurso não conhecido, com determinação.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 288-291).

A recorrente FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ alegou violação dos arts. 42, 44, 64, §§ 1º e 4º, do CPC/2015, defendendo a competência da Justiça Comum estadual para o processamento da pretensão que visa à manutenção do ex-empregado no plano de saúde gerido por seu ex-empregador sob o regime da autogestão.

LUIZ CARLOS RODRIGUES, por sua vez, alegou violação do art. 31 da Lei 9.656/1998, postulando a declaração de competência da Justiça Comum estadual para análise da matéria.

Contrarrazões apresentadas às fls. 442-449 e 451-458 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

No caso dos autos, o Tribunal de origem, não conheceu do recurso de

apelação interposto e declinou da competência para a Justiça do Trabalho, sob o fundamento de que seria esta última a competente para julgar controvérsias envolvendo plano de saúde coletivo sob a modalidade de autogestão, pelo fato de a discussão estar relacionada com o contrato de trabalho extinto celebrado com ex-empregador que é mantido e administrado pela fundação recorrente (e-STJ, fl. 273):

Muito embora esta Relatoria, em julgamentos anteriores, tenha afirmado a competência da Justiça Comum para dirimir os conflitos que envolviam a discussão acerca da manutenção de ex-empregado como beneficiário de plano de saúde coletivo, ainda que na modalidade de autogestão, em atenção ao recente posicionamento pacificado pela Segunda Seção do C. Superior Tribunal de Justiça, imperioso reconhecer que, no caso específico, a competência para a apreciação da lide está adstrita à Justiça Especializada do Trabalho.

Isto porque, não sendo a ex-empregadora mera estipulante do contrato de plano de saúde, mas, em verdade, sua mantenedora e administradora, a discussão acerca da manutenção de ex-funcionário como beneficiário encontra relação direta com o contrato de trabalho extinto.

Entretanto, segundo a orientação jurisprudencial da Segunda Seção do STJ, pacificada no CC 157.664, DJe 25/5/2018, a Justiça Comum estadual é a competente para julgar controvérsias estabelecidas entre ex-empregados e operadoras de planos de saúde na modalidade autogestão, vinculados ao ex-empregador, acerca do direito de manter a condição de beneficiário nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, porque em tal caso não há "discussão sobre o contrato de trabalho ou de direitos trabalhistas, mas um litígio acerca da manutenção ou não do ex-empregado em plano de saúde coletivo, cuja natureza é preponderantemente civil e não trabalhista".

A propósito, confira-se ementa do referido precedente:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TRABALHO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MANUTENÇÃO DE EX-EMPREGADO APOSENTADO EM PLANO DE SAÚDE COLETIVO DE ENTIDADE DE AUTOGESTÃO VINCULADA AO EMPREGADOR. NATUREZA PREDOMINANTEMENTE CIVIL DO LITÍGIO.

1. Conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo Trabalhista. Conclusão ao gabinete em 10/04/2018.

2. O propósito do presente conflito consiste em definir a competência para julgar controvérsias estabelecidas entre ex-empregados (nas hipóteses de aposentadoria, rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa) e operadoras de plano de saúde na modalidade autogestão vinculadas ao empregador, acerca do direito de manter a condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho.

3. Se a demanda é movida com base em conflitos próprios da relação empregatícia ou do pagamento de verbas dela decorrentes, então a competência para seu julgamento será da Justiça do Trabalho, de acordo com o art. 114, IX da CF/88.

4. Plano de saúde coletivo disponibilizado pelo empregador ao empregado não é considerado salário, conforme disposto no art. 458, §2º, IV da Consolidação das Leis Trabalhistas, em redação dada pela Lei 10.243/01.

5. A operadora de plano de saúde de autogestão, vinculada à instituição empregadora, é disciplinada no âmbito do sistema de saúde suplementar, conforme disposto em Resolução Normativa nº 137/06 da ANS.

6. O fundamento jurídico para avaliar a procedência ou improcedência do pedido está estritamente vinculado à interpretação da Lei dos Planos de Saúde, sobretudo dos arts. 30 e 31.

7. Essas razões permitem concluir pela inexistência de discussão sobre o contrato de trabalho ou de direitos trabalhistas, mas um litígio acerca da manutenção ou não do ex-empregado em plano de saúde coletivo, cuja natureza é preponderantemente civil e não trabalhista.

8. Declarada a competência da Justiça comum

(CC 157.664, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, Dje 25/5/2018).

Desse modo, sendo o acórdão recorrido manifestamente contrário ao entendimento desta Corte, é impositivo o provimento dos recursos especiais.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço dos agravos para dar provimento aos recursos especiais, a fim de declarar a competência da Justiça Comum estadual e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do recurso de apelação interposto, como entender de direito, observada a superação da questão da competência ora decidida.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator

